

LEI Nº 9748/2022 – QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO RJ

Disposições Gerais

- **Carreiras incluídas:**
 - Analista Judiciário
 - Técnico de Atividade Judiciária
- **Cargos no Quadro Único:**
 - I – Provimento efetivo (em carreira)
 - II – Provimento em comissão
- **Restrições à nomeação:**
 - Vedado a quem tiver:
 - Sanção por improbidade (Lei 8.429/1992)
 - Inelegibilidade (Lei Complementar 135/2010)
 - Condição do art. 77, XXIX, da Constituição Estadual
- **Definição de serventuário:**
 - Titular de cargo efetivo criado por lei, pago pelo Estado
- **Regime disciplinar se aplica também a:**
 - Servidores comissionados
 - Cessionários de outros órgãos ao PJ-RJ
- **Competência do Órgão Especial:**
 - Pode extinguir ou transformar cargos/funções (sem aumento de despesas)

Da Carreira






- **Estrutura das carreiras:**
 - Cargos efetivos
 - Divididos em 4 **classes**: A (inicial), B, C e D (final)
 - 16 **padrões** (4 por classe)
- **Áreas e atribuições:**
 - Definidas por regulamento
 - Podem conter grupos/especialidades
- **Escalonamento de remuneração:**
 - Classes A, B e C: aumento de **4%** por padrão
 - Classe D: aumento de **8%** por padrão

Do Ingresso





- **Forma de ingresso:**
 - Concurso público (provas ou provas e títulos)
 - Sempre no 1º padrão da Classe A
 - Observância dos limites legais de gastos com pessoal
- **Concurso regionalizado:**
 - Classificação por região

- Vedada remoção para outra região antes de 2 anos, salvo interesse da Administração
- **Escolaridade exigida:**
 - **Analista Judiciário:** Nível superior completo
 - **Técnico de Atividade Judiciária:** Nível médio completo ou técnico equivalente
 - **Analista – Execução de Mandados (OJA):** Nível superior em Direito







Do Desenvolvimento na Carreira

-  **Progressão funcional:**
 - **Do padrão 1 da Classe A ao padrão 2 da Classe A:** 3 anos
 - **Demais padrões (2A a 16D):** 1 ano entre cada
 -  **Suspensão temporária (Lei 11.084/2025):**
 - Período: 01/07/2025 a 31/12/2025
 - Retomada: 01/01/2026
-  **Requisitos:**
 - Interstícios obrigatórios
 - Regras definidas em regulamento
-  **Efeitos financeiros/funcionais:**
 - Contam a partir do 1º dia do mês de ocorrência
-  **Veto à progressão/promoção:**
 - Quando despesa com pessoal do PJ > 95% do limite legal
 - Retorno só com:
 - Despesa < 95%
 - Estudo orçamentário viável

Dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

-  **Cargos em comissão:**
 - **80% reservados aos serventuários (ativos/inativos)**
 - Exceção: assessores diretos de desembargadores
-  **Função gratificada (FG):**
 - Só para serventuário **ativo**
 - Pode ser exercida por servidor estadual (se não houver capacitado no quadro), limitado a **30% das FG**
 - Possibilidade de **exclusão de FG do cálculo previdenciário**
-  **Chefias específicas:**
 - **Chefes de serventia:** livre indicação do juiz titular entre Analistas/Técnicos capacitados e sem anotações
 - **Chefe de Central de Cumprimento de Mandados (CAI-2):**
 - Exclusivo para Analista Judiciário - Execução de Mandados
 - Acumula FG e gratificação de locomoção
-  **Anexos da lei:**
 - II – cargos e FG
 - III – remuneração
 - IV – atribuições
 - Limite: nenhuma remuneração pode ultrapassar a de um desembargador

Da Remuneração

-  **Composição da remuneração:**
 - Vencimento base
 - **GAJ (Gratificação de Atividade Judiciária):** 100% do vencimento
 - **APJ (Adicional de Padrão Judiciário):** 100% do vencimento
-  **Adicional por tempo de serviço (ATS):**
 - **1º triênio:** +10%
 - **Demais:** +5% a cada 3 anos
 - Limite: até 60% sobre o total remuneratório
 - Contam-se períodos de outros entes públicos (federal, estadual, municipal)
-  **Valores iniciais (base de cálculo):**
 - Analista: **R\$ 2.642,08**
 - Técnico: **R\$ 1.604,21**
-  **Férias:**
 - Podem ser convertidas em **pecúnia**, conforme conveniência da Administração
-  **Gratificação de locomoção (Oficiais de Justiça):**
 - Até **25%** do total (vencimento + GAJ + APJ da Classe D, padrão final)
 - Mantida em:
 - Afastamentos de até 30 dias
 - Licenças médicas e maternidade
-  **Data-base para revisão geral anual:** 1º de maio

Da Licença-Prêmio

Regras Gerais

- Concedida a cada **quinquênio** de efetivo exercício.
- Pode ser **usufruída ou convertida em pecúnia**, a critério da Administração.

Regras específicas:

- Quem está **em cargo comissionado ou função gratificada** mantém a **remuneração integral** durante o gozo da licença.
- Quem ocupou o cargo/função por **menos de 5 anos ininterruptos**:
 - Receberá **proporcional (1/5 por ano completo)** da remuneração da função/cargo.
- : **Suspensão, multa ou falta não abonada**:
 - **Interrompem** a contagem do quinquênio.
- **Afastamentos sem remuneração**:
 - **Suspendem** a contagem do quinquênio.
- Saldo não gozado pode ser convertido em pecúnia.
- **Servidoras gestantes em estabilidade**:
 - Têm direito à remuneração integral no gozo ou na conversão em pecúnia da licença.
- Conta-se também **tempo em outro cargo estadual**, se **sem interrupção de exercício**.

Do Adicional de Qualificação (AQ)






Regras gerais

- Concedido por **títulos de graduação e pós-graduação**.
- Previsto em **regulamento próprio do TJ-RJ**.
- Válido **somente** se:
 - Curso reconhecido por **órgão público competente**
 - Formação **não for requisito de ingresso no cargo**

Percentuais sobre: Vencimento + GAJ + APJ

- **Doutorado**: +15%
- **Mestrado**: +12,5%
- **Especialização**: +10%
- **Graduação**: +7,5%

Regras específicas:

-  Não entra na base de cálculo do **adicional por tempo de serviço (ATS)** ou outras gratificações.
-  Integra a base de cálculo da **contribuição previdenciária**.
-  **Não cumulativo** (um por vez).
-  Só será considerado nos **proventos da aposentadoria** se o título for anterior à inatividade.
-  Não pode ultrapassar o **teto constitucional de remuneração**.

Disposições Finais e Transitórias – Lei nº 9.748/2022

Implementação do Novo Desenvolvimento Funcional

- Até **dez/2023**: regime antigo (progressão a cada 2 anos).
- A partir de **jan/2024**:
 - Desenvolvimento mensal: **1/18 avos por mês**.
 - Quem estava no **Padrão 1 da Classe A** em 31/12/2023 → só progride após 3 anos completos.
 - Classe D também entra nessa regra.

Monitoramento da Sustentabilidade do Plano

- Duração: **9 anos**.
- Comissão será criada pelo **Presidente do TJ-RJ** para revisão bianual das premissas.
- Medidas possíveis:
 - Incentivo à aposentadoria.
 - Redução do quadro de ativos.
 - Aumento do intervalo entre padrões (até 36 meses).
 - Limite de servidores na Classe D.

Jornada de Trabalho

- Jornada padrão: **8h diárias / 40h semanais**.
- Pode haver jornada especial: **mínimo de 20h/semana**, com remuneração proporcional.
- Forma de trabalho: **presencial ou remoto**.
- Ajuda de custo possível para trabalho remoto.

Regras aplicam-se também aos inativos.

Pecúnia por saldo de férias/licença-prêmio

- Aplica-se a **exonerados, aposentados e dependentes de falecidos em atividade**.
- Condicionada à **disponibilidade orçamentária**.
- Possibilidade de Programa de Incentivo à Aposentadoria.

Garante recomposições da Lei nº 9.436/2021.

Alterações na Lei nº 9.393/2021

- Estrutura em **4 classes e 16 níveis** para cargos de nível médio e fundamental.
- Mesmos percentuais de progressão da Lei 9748.
- Valor inicial para cargos de nível fundamental: **R\$ 974,07** (vencimento + GAJ + APJ).

Lei 9.393/2021:

- Aplica-se do **Capítulo IV ao IX** da Lei 9748.
- Não entram no Quadro Único.

Auxílio Educação

- Aplicável a: **magistrados, ativos, inativos e comissionados**.
- Até **3 filhos**.
- **Reembolso mínimo = piso salarial do RJ**.
- Abrange: **educação básica até pós-graduação**, incluindo cursos preparatórios.

Auxílio-transporte de estagiários

- Reajuste anual em **janeiro**, baseado no **IPCA**.
- Mínimo: valor para **2 passagens da maior tarifa do Rio de Janeiro**.

Vigência

- Entra em vigor na publicação.
- Efeitos a partir de **1º de novembro de 2022**.
- **Revoga**: Lei nº 4.620/2005 e Anexo II da Lei nº 9.393/2021.